



PREFEITURA DE PIRACANJUBA

Secretaria Municipal de Educação

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO – Compra Direta

Processo Administrativo n.º 155265/2024

O Fundo Municipal de Educação de Piracanjuba/GO, através da Secretaria Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, manifesta interesse em obter propostas adicionais de eventuais interessados no prazo de 03 (três) dias úteis, nos termos do art. 75, II, da Lei Federal n.º 14.133, de 01 de abril de 2021 e Decreto Municipal n.º 19, de 08 de janeiro de 2024, para Dispensa de Licitação, ocasião que ao final será selecionada a proposta mais vantajosa sob o tipo de julgamento menor preço por item, visando a aquisição de apólice de seguro veicular, para ônibus escolar, placa SCJ-1H17, a serviço da Secretaria de Educação de Piracanjuba/GO., conforme discriminações e quantidades descritas no Termo de Referência abaixo, o qual encontra-se à disposição dos interessados, no Site Oficial da Prefeitura de Piracanjuba <[www.piracanjuba.go.gov.br](http://www.piracanjuba.go.gov.br)>, no módulo “*Contratações Diretas I e II*”. Os interessados deverão encaminhar proposta de preços para o e-mail “[compraspba@hotmail.com](mailto:compraspba@hotmail.com)” ou protocolar fisicamente no Departamento de Apoio da Prefeitura de Piracanjuba, localizado na Praça Wilson Eloy Pimenta, n.º 100, Centro – Piracanjuba/GO, no horário das 07h às 11h e das 13h às 17h, início do recebimento de propostas dia 23/09/2024, finalizando no dia 25/09/2024.

Maiores informações pelo telefone do Departamento de Compras (64) 9 9231-0432.

Piracanjuba/GO, 20 de setembro de 2024.

**Renata Rafaela Borges da Silva**

Agente de Contratação

Compra Direta



---

**TERMO DE REFERÊNCIA**

---

**1. OBJETO**

1.1. Aquisição de apólice de seguro veicular para o novo ônibus escolar, placa SCJ-1H17, a serviço da Secretaria de Educação de Piracanjuba/GO. O objetivo é proteger o patrimônio público e assegurar a continuidade e a qualidade do serviço de transporte escolar, garantindo o bem-estar dos estudantes, motoristas e da comunidade escolar em geral. Essa medida está alinhada com as boas práticas de gestão pública e será custeada pelo Fundo Municipal de Educação (FME).

**2. DA JUSTIFICATIVA**

2.1. A aquisição de um seguro veicular para o ônibus escolar, placa SCJ-1H17, que presta serviço à Secretaria de Educação de Piracanjuba/GO, é uma medida estratégica e necessária, considerando os seguintes pontos:

2.2. Proteção do Patrimônio Público: O ônibus escolar é um bem de alto valor, adquirido com recursos públicos. A contratação de um seguro garante a proteção contra eventuais danos, como acidentes, furtos ou incêndios, evitando prejuízos financeiros ao município e preservando o investimento realizado.

2.3. Continuidade do Serviço de Transporte Escolar: O transporte escolar é essencial para garantir o acesso dos alunos à escola, sobretudo em áreas rurais. Em caso de sinistros, como colisões ou outros acidentes, a interrupção do transporte pode prejudicar diretamente a frequência escolar e o desempenho dos estudantes. O seguro oferece uma resposta rápida para a recuperação ou substituição do veículo, assegurando a continuidade do serviço.

2.4. Segurança e Proteção de Alunos e Motoristas: A segurança dos passageiros deve ser a prioridade em qualquer política de transporte. O seguro veicular com cobertura de acidentes pessoais garante suporte financeiro em caso de ocorrências que envolvam alunos e motoristas, garantindo indenizações e assistência para despesas médicas, se necessário.

2.5. Responsabilidade Civil: Em situações de acidentes que envolvam terceiros, o seguro cobre eventuais indenizações por danos materiais ou corporais. Isso reduz a exposição financeira do município e resguarda a Secretaria de Educação de processos judiciais e indenizações altas.



2.6. Planejamento Financeiro e Prevenção de Custos Inesperados: Sem um seguro, o município pode enfrentar despesas elevadas e inesperadas para a reparação ou substituição do ônibus em caso de sinistros. O seguro veicular, por outro lado, permite um melhor planejamento financeiro, já que a apólice garante cobertura para eventos imprevistos, evitando que o orçamento municipal seja comprometido com gastos emergenciais.

2.7. Eficiência Administrativa e Responsabilidade Fiscal: A aquisição de um seguro é uma prática comum e recomendada em uma administração pública eficiente, pois reduz riscos e evita a perda de recursos públicos em situações de sinistros. O pagamento através do Fundo Municipal de Educação (FME) garante que os recursos utilizados para essa proteção estejam devidamente alocados e que o município esteja cumprindo suas responsabilidades com eficiência e transparência.

2.8. Diante desses pontos, a contratação do seguro veicular para o ônibus escolar SCJ-1H17 é uma medida que resguarda tanto o patrimônio público quanto a segurança da comunidade escolar, além de representar uma administração responsável e precavida, que visa garantir a continuidade e a qualidade do transporte dos estudantes de Piracanjuba.

### 3. DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

3.1. A tabela abaixo relaciona os produtos, suas características e quantitativos que deverão ser adquiridos, de acordo com o levantamento oriundo das unidades gestoras.

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO TOTAL
1	SEGURO PARA VEÍCULO COM CAPACIDADE PARA MAIS DE 29 PASSAGEIROS – SEGURO COM COBERTURA REFERENTE AO VEÍCULO VW/NEOBUS 8.180E PLACA SCJ-1H17 DURANTE O PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, A SER PAGO EM PARCELA ÚNICA.	UN	1	R\$ 10.342,05	R\$ 10.342,05

### 4. DO FUNDAMENTO LEGAL



4.1. O embasamento legal da presente contratação direta, é por dispensa de licitação, fundamentada no artigo 75, inciso II, da Lei Federal n.º 14.133, de 01 de abril de 2021, que diz ser dispensável a licitação para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil, novecentos e seis reais e dois centavos), no caso de outros serviços e compras;

4.2. A presente contratação será dispensada de apresentação de Estudo Técnico Preliminar, nos termos do inciso I, do artigo 72, da Lei n.º 14.133/21;

4.3. Considerando ainda que o Plano Anual de Contratações não foi formalizado, a presente aquisição será baseada nas contratações ocorridas nos últimos anos.

## **5. DA VIGÊNCIA**

5.1. A presente contratação terá vigência estimada de 12 (doze) meses, NÃO podendo ser prorrogado nos termos da Lei Federal n.º 14.133/2021;

5.2. O fornecimento dos bens/prestação dos serviços se dará no prazo contado a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento/Ordem de Serviço, no prazo de 30 (trinta) dias.

5.3. Considerando que a presente contratação é por limite de valor, incisos I do artigo 75 da lei n.º 14.133/21, a entrega ou prestação de serviços acontece de forma “imediate” e com isso não existe a necessidade de minuta contratual, podendo ser utilizado os outros mecanismos, devidamente descritos no artigo 3º do Decreto Municipal n.º 19/2024.

## **6. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

6.1. O comprometimento do saldo orçamentário será feito a partir da seguinte dotação orçamentária consignada no orçamento vigente.

## **7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

7.1. Os serviços deverão ser realizados conforme especificações deste Termo de Referência, do contrato, de sua proposta, e demais recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;

7.2. Responsabilizar-se pela execução do serviço, de forma que seja garantido o cumprimento de todas as condições estabelecidas neste Termo de Referência e no Contrato;



7.3. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao CONTRATANTE;

7.4. Relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da execução dos serviços;

7.5. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

7.6. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.7. Atender às determinações da fiscalização do CONTRATANTE;

7.8. Prestar esclarecimentos ao CONTRATANTE sobre eventuais atos ou fatos noticiados que envolvam interesse do CONTRATADO, independentemente de solicitação;

7.9. Responsabilizar-se, inclusive civil e criminalmente, por eventuais danos causados ao CONTRATANTE, aos seus servidores e empregados ou a terceiros, independentemente de culpa ou dolo, inclusive respondendo pelos danos causados pelos empregados ou prestadores na execução dos serviços;

7.10. Comparecer, sempre que convocada, ao local designado pelo CONTRATANTE, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, para esclarecimentos de quaisquer problemas relacionados aos serviços contratados;

7.11. Manter o CONTRATANTE informado de todos os detalhes dos serviços, de acordo com as conveniências desta, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis após a consulta.

## **8. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

8.1. Para viabilizar os trabalhos contratados, será de obrigação do Município disponibilizar o material necessário para a execução dos serviços;

8.2. Proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações, dentro das normas e condições contratuais;

8.3. Designar servidor(es) responsável para fiscalizar a execução dos serviços;



8.4. Notificar por escrito o profissional, as ocorrências de eventuais imperfeições no curso da prestação dos serviços, fixando prazo para sua correção;

8.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, nos preços e nas condições pactuadas no contrato.

## **9. DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO**

9.1. Observado o disposto no artigo 117, da Lei Federal n.º 14.133/21, o acompanhamento, a fiscalização, o recebimento e a conferência dos serviços, serão realizados pela Secretaria;

9.2. A Secretaria, através de seu fiscal, atestará no documento fiscal correspondente, a prestação dos serviços nas condições exigidas, constituindo tal atestação requisito para a liberação dos pagamentos à CONTRATADA;

9.3. A prestação dos serviços do objeto deste Termo de Referência, somente se efetivará com a atestação referida no item anterior.

## **10. DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO**

10.1. O valor total da despesa será obtido após o levantamento de preço nos termos do artigo 23 da Lei Federal 14.133/21, com o recebimento de proposta adicionais através do e-mail do Departamento de Compras da Prefeitura de Piracanjuba/GO.

10.2. O preço deverá ser cotado considerando-se quaisquer valores gastos ou despesas, seguros, transporte, tributos e ainda todas as despesas que diretamente ou indiretamente incidirem na execução dos serviços.

10.3. A proposta de preços deverá apresentar prazo de validade mínimo de 60 (sessenta) dias.

10.4. Por ser a contratação do tipo dispensa de licitação por limite de valor, não se aplica acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial contratado que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, ou de até 50% (cinquenta por cento) no caso de reforma de edifício ou de equipamento, nos termos da legislação vigente.

10.5. A forma de pagamento será de 30 (trinta) dias, após a protocolização da Nota Fiscal, entregue na Secretaria Municipal de Educação de Piracanjuba/GO, situada na R. Dom Pedro II, 99, Piracanjuba - GO, 75640-000, desde que tenha ocorrido a total e efetiva execução dos serviços/fornecimento dos produtos, relacionados na ordem de serviços/autorização de



compras, bem como tenha sido emitido o Termo de Recebimento Definitivo. A apresentação da Nota Fiscal Eletrônica deverá informar a modalidade e número da licitação, empenho e dados bancários;

10.6. Por ocasião dos pagamentos deverá ser apresentado:

a) Fatura discriminada (Nota Fiscal Eletrônica) devidamente atestada pelo(s) fiscal(ais) designado(s) pela Secretaria:

b) CND da União;

c) CND Estadual;

d) CND do FGTS;

e) CND Trabalhista;

f) CND Municipal.

10.7. Nenhum pagamento será efetuado sem apresentação dos documentos a que alude o item anterior, bem como enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta à adjudicatária, em virtude de penalidade ou inadimplemento das obrigações assumidas pela adjudicatária ou decorrente do Contrato;

10.8. O pagamento somente efetuar-se-á mediante a tempestividade das certidões anteriormente mencionadas. Caso a contratada entregue certidão com data expirada ou que venha expirar-se antes da liquidação da despesa, ela será comunicada para substituir a certidão irregular por uma atualizada;

10.9. Durante a vigência do Ato Declaratório, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea “d”, do inciso II, do art. 124, da Lei Federal n.º 14.133/2021 ou de redução dos preços praticados no mercado;

10.10. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d”, do inciso II, do art. 124, da Lei Federal n.º 14.133/2021, a requisitante, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar o contrato e iniciar outro processo licitatório.

## **11. FISCAL DO OBJETO CONTRATADO**



**Nome:** Gabriel Aquino Brasiel **Cargo:** Diretor de Departamento **CPF:** 032.658.941-42

## 12. DAS PENALIDADES

12.1. Sem prejuízo da cobrança de perdas e danos, o CONTRATANTE poderá sujeitar o CONTRATADO as penalidades seguintes:

- a) advertência;
- b) suspensão do direito de licitar e contratar com o Município de Piracanjuba-GO, pelo prazo que for fixado pelo Contratante, em função da natureza e da gravidade da falta cometida;
- c) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, considerando, para tanto, reincidência de faltas, sua natureza e gravidade.

12.2. O CONTRATADO fica sujeita a multas de até 10% (dez por cento) do valor adjudicado, caso o serviço não seja realizado dentro do prazo fixado, por culpa exclusiva do CONTRATADO.

12.2.1. A aplicação das multas independerá de qualquer interpelação judicial, sendo exigível desde a data do ato, fato ou omissão que lhe tiver dado causa, após instauração de Processo Administrativo com ampla defesa.

12.3. As multas e penalidades serão aplicadas sem prejuízo das sanções cíveis ou penais cabíveis.

12.4. O CONTRATADO será notificado, por escrito para recolhimento da multa aplicada, o que deverá ocorrer no prazo de 10 (dez) dias úteis dessa notificação. Se não ocorrer o recolhimento da multa no prazo fixado, o seu valor será deduzido das faturas remanescentes.

Piracanjuba/GO, aos 20 dias do mês de setembro de 2024.

Gabriel Aquino Brasiel

Responsável pela Formalização da Demanda





---

Matrícula n.º: 51496091

Em conformidade com a legislação que rege o tema, encaminhe-se à autoridade competente para análise de conveniência e oportunidade para a contratação e demais providências cabíveis.

Rogério Teles dos Santos

Secretário adjunto SAJE, da Secretaria Municipal de Educação de Piracanjuba/GO

DECRETO N.º 110/2024

MATRICULA N.º 51495684